

AS VERTENTES FUNDAMENTAIS DA DEMOCRACIA (*)

Matosinhos, 9-05-1996

Senhoras e senhores:

O tema proposto para esta conferência/debate — «As vertentes fundamentais da democracia» — é objecto, na sua definição em termos gerais, de uma surpreendente convergência de opiniões.

Desde logo, a Constituição da República, no art. 2.º, indica, além da democracia política, a democracia económica, social e cultural.

Correspondendo a tal definição, a explicitação destas quatro vertentes ou elementos da democracia aparece também sistematicamente nos programas dos mais variados partidos.

Poderia pois parecer que se trata de uma matéria em que se observa uma opinião consensual.

Entretanto não é assim.

Por três razões. A primeira é o facto de que as opiniões são muito diversas em relação a qualquer uma das quatro vertentes. A segunda é que, para muitos, essas quatro vertentes são separáveis, enquanto para outros essas quatro vertentes são inseparáveis. A terceira é a profunda diferença na atribuição a uma ou outra de um papel prioritário e determinante.

Porque a opinião que vos trago é que as quatro vertentes são inseparáveis, e que a económica, nomeadamente as estruturas e o sistema socioeconómico, é determinante, o tema proposta seria mais rigorosamente definido se, em vez de «As vertentes fundamentais da democracia», tivesse sido «As quatro vertentes inseparáveis da democracia».

Fica assim, desde já, no início da exposição, a indicação da pista pela qual se desenvolve a proposta de reflexão que vos trago.

(*) Texto da conferência proferida no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Matosinhos, no âmbito das Conferências de Matosinhos, 5.ª série.

E ainda uma observação introdutória: o aprofundamento da análise desta problemática leva-nos a concluir que o carácter inseparável dessas quatro vertentes, a sua interligação e as suas profundas conexões não respeitam apenas à democracia, mas à política de qualquer Estado.

Poderá melhor aferir-se da validade ou não desta observação se considerarmos, no concreto em relação a Portugal, três períodos da vida nacional: o da ditadura fascista, o da Revolução de Abril e a evolução do regime democrático nas últimas duas décadas.

AS QUATRO VERTENTES DA POLÍTICA DA DITADURA FASCISTA

Difícilmente poderá contestar-se a ligação inseparável entre a formação e o poder dos grandes grupos monopolistas pela intervenção coerciva do Estado fascista e as três outras grandes linhas da política do governo fascista: a exploração dos trabalhadores com a constante repressão da sua organização e da sua luta, uma política anticultural e de perseguição à cultura, nomeadamente nos domínios do ensino, da ciência e da criação artística, e o Estado Novo ou seja um Estado corporativo, um poder absoluto e discricionário, a liquidação das liberdades e direitos dos cidadãos, as perseguições e a repressão generalizada dos que ousavam discordar, protestar e lutar, contra os democratas que se opunham à ditadura.

Dizemos ligação inseparável das quatro vertentes. E a ideia tem de completar-se quando estudamos mais de perto o papel que cada uma delas desempenha em relação às outras. Sem referir que o mesmo revela a história da evolução da sociedade através dos tempos, a análise da situação concreta no período histórico da ditadura fascista portuguesa revela (e confirma) que dessas quatro vertentes há uma determinante e que essa determinante é o sistema ou estrutura socioeconómica, concretamente a formação e o domínio efectivo da economia nacional e o efectivo poder económico dos grandes grupos monopolistas, aliás associados ao capital estrangeiro.

Repare-se que a formação desses grandes grupos económicos dominantes teve lugar na atrasada economia portuguesa, e que a centralização e concentração de capitais não resultou, nem podia resultar do desenvolvimento do capitalismo segundo as suas próprias leis económicas de concorrência e de concentração de capital. Resultou sim da acção coerciva do Estado, da qual são testemunhos eloquentes a Lei de Reorganização Industrial de Março de 1945, a Lei de Fomento Industrial de Maio de 1972 e toda uma política de protecção e ajuda directa do Estado.

O desenvolvimento concebido e realizado dessa forma e em tais condições, exigia objectivamente, não para bem do povo e do País, mas para assegurar o próprio processo de centralização e concentração, não só manter mas agravar a exploração dos trabalhadores, nomeadamente com

o prolongamento da jornada de trabalho, o «congelamento» dos salários, a efectiva diminuição dos salários reais, a imposição por associações patronais da uniformização de salários por um nível mais baixo, o aumento da intensidade de trabalho, salários de mulheres e jovens de 15 a 40% inferiores aos salários dos homens, e aumentos de preços sempre que os trabalhadores pela sua luta conseguiam aumentos de salários.

Da mesma forma, a cultura, cujo conceito envolve necessariamente o valor da liberdade, a livre criação artística, o ensino e a educação democrática, não é compatível com uma tal política económica e social. Daí a ideologia fascista a dominar e determinar os programas nas escolas, as perseguições aos intelectuais e artistas, a censura à imprensa, a propaganda oficializada dos conceitos mais retrógrados e do obscurantismo.

A ditadura fascista, no plano do Estado e das suas funções, era um instrumento dessa política económica, social e cultural. A liquidação das liberdades e direitos mais elementares e a repressão mais brutal constituíam um elemento do poder económico e político dos grandes grupos monopolistas e da imposição da exploração dos trabalhadores e da população laboriosa em geral.

É de notar entretanto que a história ensina, e está nos tempos de hoje a confirmar em numerosos países, entre os quais Portugal, que o domínio da economia e o poder económico dos grandes grupos monopolistas, a exploração dos trabalhadores e uma política anticultural como orientação do Estado, podem ter lugar sem uma ditadura fascista.

Mas não só nesses casos a democracia política sofre graves entorses e perversões, como, antes do 25 de Abril, só a ditadura e a repressão tornavam possíveis os três outros aspectos da política do Estado. No período final da ditadura, nos anos do governo de Marcelo Caetano, houve quem acreditasse que poderia ser viável, através de um processo de «liberalização», manter inalterável o domínio dos monopólios e a exploração dos trabalhadores. Pensaram assim sectores do grande capital que tomavam consciência da crise profunda da própria ditadura e da incapacidade para evitar a revolução que estava em marcha. Pensavam também alguns sectores da Oposição que esse seria o caminho para pôr fim à ditadura nada alterando do sistema económico. A vida mostrou que tais esperanças, projectos e acções, não correspondiam às realidades e eram manifestamente inviáveis.

OS OBJECTIVOS DA REVOLUÇÃO ANTIFASCISTA

Compreende-se que as forças que resistiam e lutavam pela liberdade e a democracia tenham definido para a sua luta os objectivos fundamentais da revolução antifascista.

No que respeita ao PCP, a democracia a instaurar e a institucionalizar após o derrubamento da ditadura deveria conter, como vertentes insepará-

veis, a democracia política, a democracia económica, a democracia social e a democracia cultural.

Daí o Programa aprovado em 1965, no VI Congresso do Partido, do qual são de apontar os grandes objectivos que no Programa têm amplo desenvolvimento.

O primeiro grande objectivo, objectivo central e fundamental, era a conquista e instauração das liberdades democráticas, de um Estado democrático, de um regime democrático com eleições livres, incluindo eleições de uma Assembleia Constituinte.

A conquista da liberdade, além do seu valor próprio que tinha inspirado a luta do povo português ao longo dos 48 anos de ditadura, era condição indispensável para alcançar os outros objectivos.

Quanto à vertente económica da democracia e ao desenvolvimento, o Programa definia a necessidade de liquidar o poder dos monopólios através da nacionalização dos bancos e outros sectores básicos da economia, a par do estímulo à iniciativa de empresas privadas, nomeadamente das pequenas e médias empresas, além de uma reforma tributária fortemente progressiva. Inscrevia também a necessidade de uma reforma agrária de carácter regional pondo termo aos latifúndios e à atrasada agricultura latifundiária, a par de outras medidas muito diversas noutras regiões do País, incluindo o apoio aos pequenos agricultores e às cooperativas, o direito dos povos aos baldios, o melhoramento das condições gerais de vida nas aldeias.

Quanto à vertente social da democracia, o Programa apontava a necessidade de elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral. O direito ao trabalho, o aumento geral dos salários, o estabelecimento de um salário mínimo nacional, a aplicação do princípio «a salário igual, trabalho igual», independentemente do sexo e da idade, o pagamento do sétimo dia e dos feriados, o cumprimento efectivo da jornada de 8 horas, condições de segurança no trabalho, assistência médica e hospitalar, abono de família, férias anuais pagas, assistência à maternidade e à infância, reformas sociais para as pessoas idosas, contratos colectivos, contam-se entre as orientações e medidas propostas.

Quanto à vertente cultural, o Programa apontava como objectivo a democratização da instrução e da cultura, com a extinção do analfabetismo, uma reforma geral do ensino, instrução primária obrigatória e gratuita, acesso efectivo às escolas médias e superiores dos filhos dos trabalhadores, bolsas de estudo, serviços sociais para estudantes, direito associativo, apoio do Estado à criatividade artística, apoio às colectividades, rádio e televisão ao serviço da instrução e da cultura.

Como condicionantes nacionais e internacionais, considerava-se uma situação em que Portugal era um país colonizador em África e colonizado na Europa; um país em que, por um lado, a ditadura conduzia guerras coloniais na tentativa desesperada de manter um império colonial quando no mundo ruía o colonialismo, e, por outro lado, um país no qual o

imperialismo tinha posições dominantes atentatórias da independência e soberania nacionais. O Programa avançava como objectivos o fim das guerras coloniais, o reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à imediata independência, a libertação de Portugal do imperialismo e uma política de paz e amizade com todos os povos.

Poderão contestar-se estes objectivos defendidos pelo PCP para o Portugal democrático a suceder ao derrubamento da ditadura fascista. Difícil será contestar que corresponderam a uma ideia básica também dificilmente contestável: o carácter inseparável das vertentes fundamentais da democracia e o papel determinante do sistema socioeconómico.

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O 25 DE ABRIL

Parece indispensável a compreensão destas questões básicas para compreender também o 25 de Abril, a acção revolucionária dos capitães do MFA, o levantamento militar, o levantamento popular que se seguiu e todo o processo revolucionário de que resultou a instauração e institucionalização do regime democrático, após 48 anos de ditadura.

É matéria que continua a dar lugar a apreciações não só diferentes, mas contraditórias, polémicas e conflituosas. O tema desta conferência torna indispensável a sua consideração no quadro do processo de instauração e institucionalização do regime democrático.

De lembrar quatro importantes aspectos.

O primeiro é que, tendo sido o governo fascista derrubado pela acção militar do Movimento das Forças Armadas (o MFA), este tinha uma complexa e contraditória composição política e o Programa do MFA, como resultado de compromissos com generais conservadores e reacçãoários, continha disposições que contrariavam a imediata instauração da democracia. Por exemplo, o Programa do MFA não previa a legalização e a legalidade de partidos políticos mas apenas a «formação de “associações políticas” possíveis embriões de futuros partidos políticos». Nos primeiros dias que se seguiram ao 25 de Abril houve tentativas para impedir a imediata legalização e legalidade dos partidos políticos.

O segundo é que os «capitães» que derrubaram o governo fascista e puseram fim à ditadura formaram como órgão de poder militar e órgão imediato do poder uma Junta de Salvação Nacional, com um Presidente, acolitado por outros generais, que imediatamente quiseram impedir a instauração da democracia, nomeadamente: *a)* com a tentativa da interdição da acção de partidos que acabo de citar; *b)* com a tentativa declarada de manter a PIDE em funções; e *c)* com a tentativa de atrasar e filtrar a libertação dos presos políticos.

Foi contrariando abertamente tais tentativas do Presidente da Junta de Salvação Nacional e seus acólitos que os partidos conquistaram

no imediato o direito à liberdade, que a PIDE foi dissolvida pela acção popular e de militares revolucionários, que os presos políticos foram libertados.

O terceiro aspecto é que dado o papel decisivo dos capitães no levantamento militar e o efectivo poder que daí resultou, dado o poderoso levantamento popular que se lhe seguiu, dada a estreita aliança que de facto se estabeleceu entre o povo e o MFA, formado o I Governo Provisório com diversificada participação de forças políticas incluindo o Partido Comunista Português, logo começaram as tentativas, que se viriam a repetir, de golpes de Estado contra-revolucionários para instaurar uma nova ditadura. Para que não fique a dúvida acerca do que se acaba de dizer: Manutenção Militar, Buçaco, Governo Palma Carlos, 28 de Setembro, 11 de Março, terrorismo bombista no verão quente. Pode provar-se com a verdade dos factos e até por confissões mais recentes, que, se nesse período algumas forças tentaram o assalto ao poder para instaurar uma ditadura, não foi certamente o PCP.

O quarto aspecto é que a revolução, ao mesmo tempo que punha fim à guerra colonial e reconhecia o direito dos povos das colónias portuguesas à imediata independência, e ao mesmo tempo que diversificava as suas relações internacionais com uma ampla abertura a todo o mundo, conduzia transformações profundas da sociedade portuguesa, precisamente nas quatro vertentes inseparáveis da democracia.

A nacionalização dos sectores básicos da economia, a reforma agrária na região do latifúndio, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral com uma política social progressista, a democratização da cultura, e finalmente uma regime político democrático inovador e progressista definido na nova Constituição da República Portuguesa, elaborada pela Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal em 25 de Abril de 1975, e aprovada pelos deputados da Constituinte do PS, PSD e PCP em 25 de Abril de 1976.

Lembramos, de passagem, que praticamente todas as forças políticas se declaravam partidárias e defensoras das «conquistas revolucionárias» tendo como meta (diziam) o socialismo.

A Revolução de Abril e as profundas transformações e reformas da sociedade portuguesa consagradas na Constituição expressam, com formulações e articulações precisas, a conexão e carácter inseparável das quatro vertentes da democracia.

Com o golpe militar de 25 de Novembro de 1975 e a liquidação do MFA, depois de um período conturbado e de confrontos políticos e militares e de uma nova arrumação e correlação de forças, registou-se com sucessivos governos uma inversão dos objectivos da política nacional.

Refere-se aqui a data e o golpe de 25 de Novembro de 1975, não para analisar o que foi e muito haveria que dizer, mas apenas por ser um marco relativo à problemática que constitui o tema desta conferência.

O que significou a viragem da política nacional em relação ao regime democrático consagrado na Constituição? O que significou em relação às transformações, realizações e reformas da revolução? O que significou em relação aos princípios que a Constituição consagrava relativos às quatro vertentes da democracia?

O novo curso da política nacional pôs precisamente em causa o regime democrático tal como o institucionalizou a Constituição da República. Pôs em causa a Revolução de Abril e as suas conquistas.

Chamamos-lhe política «contra-revolucionária». Não é uma expressão ofensiva mas apenas a expressão ajustada. Seria até natural que a assumissem todos os promotores, realizadores e protagonistas das linhas fundamentais e estratégicas da política que se seguiu desde 1976.

E verifica-se o seguinte. Que os seus autores insistem em falar nas quatro vertentes ou elementos da democracia mas adiantando três pontos de vista que não consideramos fundamentados nem correctos: têm em relação a cada uma das vertentes critérios que no essencial se revelam antidemocráticos; consideram as vertentes separáveis e de certa forma independentes das outras; e não atribuem o papel determinante às estruturas socioeconómicas.

AS QUATRO VERTENTES DA DEMOCRACIA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Para o exame deste tema, é adequado definir sem preconceitos e com verdade quais foram os objectivos centrais e estratégicos da política de sucessivos governos a partir de 1976.

Todos insistiram até anos recentes em declarar o apoio e a defesa da democracia política. Todos insistiram em declarar ser seu objectivo a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e uma política social nas linhas anteriores. Todos insistiram em anunciar uma política de democratização cultural. Houve porém uma vertente, a económica, em que logo a partir de 1976 os sucessivos governos desencadearam a ofensiva contra as novas estruturas socioeconómicas instauradas e institucionalizadas pela Revolução de Abril e consagradas na Constituição.

Só quem negue a mais evidente realidade das realidades pode negar que sucessivos governos a partir de 1976, passo a passo, conduziram uma política de liquidação sistemática das nacionalizações e da reforma agrária, de reconstituição e restauração dos grandes grupos económicos monopolistas e do seu poder dominante na economia nacional.

Testemunho incontestável deste processo, porque escrito e inscrito na lei fundamental do País, são as sucessivas revisões da Constituição, eliminando disposições que dificultavam o avanço de tal ofensiva.

Compreendeis certamente, senhoras e senhores, que eu não utilize termos do novo vocabulário com o qual um sistema económico com graves pecados na consciência procura fazer esquecer a sua natureza. Compreen-

dereis que não diga «economia de mercado» mas capitalismo. Que eventualmente sem intuito pejorativo mas por rigor do léxico diga «capitalistas» e «patronato» e não «empresários». Que falando do movimento sindical, fale de sindicatos de «trabalhadores» e não tanto de sindicatos de «cidadãos» como há quem actualmente apregoe.

Assim, com palavras claras, pode dizer-se que o objectivo estratégico fundamental da política de sucessivos governos a partir de 1976 foi a reconstituição e restauração do capitalismo monopolista e do seu poder efectivo na economia nacional.

A realização deste objectivo não foi alcançado por uma decisão súbita e imediata, mas por sucessivas decisões e medidas de reconstituição e restauração. A história das privatizações e da reconstituição dos grandes grupos económicos e da liquidação da reforma agrária, com a restauração dos latifúndios e suas terras abandonadas, é toda uma história de decisões inconstitucionais, de ilegalidades, de abuso do poder, de liquidação de milhares de pequenas e médias empresas, de liquidação de importantes ramos da indústria, de desindustrialização, de crise na agricultura, nas pescas, nas minas, em suma da destruição do aparelho produtivo nacional — de atribuição dos recursos do Estado para a restauração do capitalismo monopolista.

Isto significa que, ao mesmo tempo que em palavras se insistia na afirmação de uma democracia política, de uma política social e cultural de natureza democrática, se conduziu uma política económica profundamente antidemocrática, de concentração de recursos nos mais poderosos, de reconstituição de pólos de grande riqueza e ostentação e de grandes zonas de carência, pobreza, miséria e desertificação.

Daqui resultou que, contrariando programas, palavras e promessas, e não só como consequências, mas como elementos do processo de reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, a política social e cultural e o próprio regime político tenham inflectido num sentido antidemocrático.

Os últimos anos ilustram com clareza este processo.

Na política social vemos a progressiva liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores, o desemprego em massa, a liquidação efectiva do direito ao emprego, a generalização da precariedade nomeadamente relativa às mulheres e aos jovens, a baixa dos salários reais, os Acordos de Concertação Social impostos pelo governo e dirigentes sindicais ao serviço do grande patronato, e agora essas duas novas figuras que pretendem ser jurídicas, mas que são tenebrosas nas relações de trabalho — a «flexibilidade» e a «polivalência». E também o descartar das obrigações sociais do Estado e a febre das privatizações nos domínios da segurança social, da saúde, do ensino, da habitação.

Na política cultural, vemos nos últimos anos ressurgir a degradação cultural, o ressuscitar e larga propaganda das ideologias, conceitos, preconceitos e superstições reaccionárias, o acentuar de critérios elitistas em

todas as áreas da vida cultural, com particular expressão na privatização e no preço do ensino, nos processos de selecção dos jovens no acesso ao ensino superior.

Finalmente, na democracia política vemos o sucessivo encaminhar para uma efectiva perversão do regime democrático. Assistimos nos últimos anos, a partir de uma maioria absoluta na Assembleia da República, a uma governamentalização, absolutização e abuso do poder, à contestação de facto das competências dos outros órgãos de soberania, à liquidação progressiva dos mecanismos de fiscalização da acção governativa, à ocupação e partidarização sectária e intolerante do aparelho do Estado e dos grandes órgãos de comunicação social, ao impedimento do funcionamento normal das instituições. E, como instrumentos, ao recurso constante a decisões administrativas, a ameaças intimidatórias do exercício das liberdades e direitos, à criação de um serviço de informações com funções de espionagem política, a violentas intervenções repressivas da polícia de choque.

Em resumo: à perversão efectiva da democracia política.

Projectos e planos actualmente em curso de novas revisões da Constituição e de novas leis eleitorais, aumentam legitimamente as preocupações de que a perversão da democracia política não só continue como se agrave.

É o caso de projectos que pretendem por razões de semântica eliminar da Constituição princípios básicos do regime democrático português.

É o caso de novas leis eleitorais que põem em causa o princípio da proporcionalidade e que por cálculos de engenharia eleitoral, como círculos uninominais e círculos de apuramento, permitam, por um lado, que dois partidos bipolarizadores aumentem os lugares mesmo que com menos votos e, por outro lado, tendam a proporcionar maiorias absolutas e mesmo a totalidade dos lugares — é o caso das Câmaras Municipais — com maiorias relativas que podem ser muito inferiores a 40 por cento dos votos.

Todo este processo, todas estes acontecimentos reforçam a razão para afirmar, como se propõe no tema desta conferência/debate, não só as quatro vertentes fundamentais da democracia, não só a sua natureza inseparável, mas também o papel determinante das estruturas socioeconómicas.

No caso do nosso país, é importante ainda acrescentar uma quinta vertente, condicionante das outras quatro: a vertente nacional.

A sua importância resulta da integração de Portugal na União Europeia e de uma política, que tem sido seguida e que não mostra sinais de ser corrigida, de submissão e sacrifício dos interesses nacionais a interesses estrangeiros.

São numerosos e graves os aspectos dessa submissão. Um, a aceitação de «políticas comuns» impostas pelos países mais ricos e poderosos que obrigam Portugal a medidas suicidas na agricultura, na indústria e nas pescas, conduzindo à efectiva destruição do aparelho produtivo nacional. Outro, a ratificação precipitada e subserviente do Tratado de Maastricht e aceitação dos seus critérios desastrosos para Portugal. Outro, a aceitação

passiva de não cumprimento pela Comunidade Europeia da tão proclamada «coesão económica» e «coesão social». Outro, a submissão à chamada «convergência nominal» que na mira da moeda única nos atira irremediavelmente para uma situação secundarizada, marginalizada, com a renúncia a elementos fundamentais da soberania e independência nacionais. E ainda outro, a aceitação da integração militar numa política de blocos — da UEO e da NATO — e em operações de intervenção militar contra outros povos.

A democracia tem de ser considerada, simultaneamente e em estreita articulação, nas suas quatro vertentes fundamentais. No caso português assegurada também por uma política nacional nas relações internacionais, garantindo a independência e soberania nacionais de um Estado que quer ser livre e considerado com direitos iguais aos de outros Estados.

DEMOCRACIA EM TODAS AS VERTENTES PARA PORTUGAL NO FUTURO

A situação actual coloca o País ante dois caminhos possíveis. Ou a continuação das grandes linhas de orientação da política nos últimos vinte anos agravada nos 10 anos que antecederam as eleições legislativas de 1 de Outubro, ou uma real viragem do rumo da política nacional com uma política que tenha em conta que não há democracia social, nem democracia cultural, nem ao fim e ao cabo democracia política, se não há democracia económica.

Ou seja: se o poder económico, o domínio do País é exercido por alguns grandes grupos económicos e financeiros (associados e em posição secundarizada a gigantescas transnacionais), se a política dos governos está ao serviço dos interesses dessas forças económicas e financeiras, a exploração dos trabalhadores, o sacrifício do bem-estar das populações é, como se está vendo, uma directa consequência. Um dos perigos é que, para poderem continuar a impor a mesma política (que inevitavelmente provoca e provocará a resistência e a luta dos trabalhadores e de vastíssimos sectores sociais) o Governo recorra à limitação de liberdades e direitos dos cidadãos, a medidas repressivas, a alterações do sistema de democracia política, nomeadamente do sistema eleitoral, que cortem o caminho a uma vitória das forças adversas.

Não é certamente novidade e surpresa que, estando aqui convosco para uma troca de opiniões sobre as vertentes fundamentais da democracia, refira, embora numa brevíssima anotação, o que no entender de quem vos fala e naturalmente do partido a que pertence, se pode considerar essencial para assegurar o futuro da democracia portuguesa.

Essencial uma política de esquerda e não uma política que justamente se pode chamar uma política de direita por ser, em aspectos fundamentais, a continuação da política de governos e maiorias anteriores de partidos da direita.

Assim:

A democracia política exige uma estrutura e competências dos órgãos do poder independentes e interdependentes, assegurando formas de responsabilização e fiscalização da acção respectiva e contrariando a absolutização e abuso do poder. São de rejeitar pretensões e planos de qualquer partido para alteração das competências de tal ou tal órgão do poder, segundo o ocupem ou não os seus partidários. É de confirmar o actual sistema de poder político nos termos da Constituição da República, incluindo o poder local democrático com as suas características essenciais, incluindo a eleição directa das Câmaras Municipais e o pluralismo dos seus Executivos.

Eleições livres e democráticas constituem condição da democracia representativa complementadas por formas de democracia participativa. Daí a importância do sistema proporcional definido na Constituição.

Nas liberdades e direitos dos cidadãos, não basta enunciá-los mas assegurar o seu exercício sem discriminações. Que não se volte ao conceito de «liberdade possível e autoridade necessária» com o qual Salazar justificava a liquidação das liberdades e direitos e a repressão violenta pelo Estado.

Quanto à democracia económica, o primeiro grande problema é o das estruturas socioeconómicas. A democracia económica é incompatível com a destruição do aparelho produtivo e o domínio da economia nacional por grandes grupos económicos (aliás aliados às transnacionais e delas dependentes) pela centralização e concentração de capitais e riquezas. O verdadeiro desenvolvimento não só é compatível como exige o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida dos portugueses.

É de importância decisiva para o futuro da democracia que, pondo de imediato fim às privatizações e ao apossamento de sectores estratégicos por gigantescos grupos estrangeiros, o Estado assegure um forte e dinâmico Sector Empresarial do Estado nas áreas económicas de importância estratégica para o desenvolvimento, estimulando e apoiando ao mesmo tempo as empresas privadas, nomeadamente as pequenas e médias empresas, travando o processo de liquidação de milhares de empresas, com as nefastas consequências económicas e sociais.

Objectivo fundamental é não só travar o processo de destruição do aparelho produtivo, mas, precisamente ao invés, mobilizar os recursos e potencialidades nacionais para o desenvolvimento da indústria, da agricultura e das pescas.

Novas políticas fiscal e de crédito são também imprescindíveis.

A democracia social significa necessariamente o melhoramento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e dos portugueses em geral e a atenuação das desigualdades sociais.

O aumento do emprego, a garantia dos postos de trabalho, a efectiva interdição de despedimentos sem justa causa, o aumento dos salários reais, a efectiva execução do princípio de a trabalho igual, salário igual,

impedindo discriminações nomeadamente relativas a mulheres e jovens, a redução do horário máximo de trabalho para as 8 horas diárias e 40 horas semanais, o cumprimento dos benefícios sociais (abono de família, subsídios, férias), o estabelecimento de um rendimento mínimo de subsistência, são objectivos irrecusáveis de uma política social democrática.

O cumprimento das funções, obrigações e deveres sociais do Estado nos domínios da segurança social, da saúde, do ensino, uma nova política dos solos, de habitação e do ambiente, são também imprescindíveis da democracia social.

No que respeita à vertente cultural da democracia, tornam-se necessárias a par de medidas clássicas de democratização cultural novas respostas a problemas que à educação, ao ensino, à ciência, à investigação científica coloca a revolução científica e tecnológica e o seu vertiginoso desenvolvimento.

São elementos da democracia cultural uma escola pública, democrática e de qualidade, a ligação do ensino às necessidades do efectivo desenvolvimento, bolsas de estudo, serviços sociais, a gratuitidade de certos graus de ensino e a tendência à sua gratuitidade geral, sistemas de acesso ao ensino superior que dificultem critérios e práticas elitistas, não governamentalização e autonomia democrática da escola. O forte apoio à investigação e desenvolvimento experimental e o estímulo à liberdade e criatividade artística.

No que respeita à política nacional e às relações internacionais, a democracia nas suas quatro vertentes segundo a opção dos portugueses e não segundo ditames estrangeiros é inseparável da independência e soberania nacionais.

Isso exige que Portugal corajosamente defenda os seus interesses nacionais na União Europeia, recuse a imposição pelos países mais poderosos de «políticas comuns» altamente lesivas dos nossos interesses, não aceite os critérios da chamada «convergência nominal» de Maastricht nem se amarre ao duvidoso objectivo e processo de União Económica e Monetária (UEM).

Senhoras e senhores:

Apesar de apenas aflorar as questões abordadas, já vai longa a exposição. Desculpai-me por isso.

Tratando-se de uma conferência/debate espero que seja útil a troca de opiniões que se seguirá. Um debate é em si um terreno de reflexão. Trago-vos uma opinião, estarei atento às vossas.